



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023  
EDITAL Nº 002/2023**

**MENOR PREÇO GLOBAL**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS**

**OBJETO:**

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de apoio técnico administrativo para acompanhamento e assessoria em licitações e contratos, visando atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, conforme condições e especificações especificadas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

**APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:**

**DIA 12/01/2024 – 08h (horário limite)**

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:**

**DIA 12/01/2024 – (no fim do credenciamento)**

**LOCAL:** Rua José Edmar Amaral, nº 2010, Barrinha Viçosa/MG

**CONSULTAS AO EDITAL:** Site oficial do CIACA

<https://ciacamq.weebly.com/>

**ESCLARECIMENTOS:** Telefone (31) 3891-9622

**E-mail:** [casadeacolhimento2009@hotmail.com](mailto:casadeacolhimento2009@hotmail.com)



# Consortio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## PREÂMBULO

O **Consortio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.201.252/0001-03, sediado na Rua José Edmar Amaral, 2010 – Bairro Barrinha Viçosa/MG, CEP 36.574-420 por intermédio da Pregoeira, Sr.<sup>a</sup> **Samara Ribeiro**, designada pela Portaria nº 028/2023, de 06 de dezembro de 2023 torna público aos interessados que estará reunido no dia, hora e local discriminado na capa deste edital, a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentações de empresas que pretendam participar do **Pregão Presencial nº 002/2023**, do **tipo menor preço global**, conforme **Processo Licitatório nº 064/2023**, esclarecendo que a presente licitação e consequente adjudicação terão conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal n.º10.520 de 17/07/02, Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93 com suas alterações e demais exigências deste Edital.

A apresentação para credenciamento dos licitantes ocorrerá no dia 12/01/2024 às 08:00h (horário limite) e abertura da sessão do pregão presencial ocorrerá também no dia 12/01/2024 (no fim do credenciamento), no endereço supramencionado.

### 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de apoio técnico administrativo para acompanhamento e assessoria em licitações e contratos, visando atender as necessidades do Consortio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, conforme condições e especificações especificadas no Edital, Termo de Referência e seus anexos..

1.2 A descrição detalhada dos itens consta no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, devendo as licitantes interessadas em participar deste certame analisá-las para que não haja dúvidas sobre o objeto deste processo.

1.3 Integram este edital todos os seus anexos, assim como o Termo de Referência.

1.4 Para o julgamento das propostas, será considerado o **menor preço global**.

### 2. ÁREA SOLICITANTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Secretaria Executiva.

2.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento do CIACA para o exercício de 2023, na classificação:

Dotação	Natureza da Despesa	Ficha	Descrição	Órgão/Unidade Administrativa
008.122.0001.2001	3.3.90.39	10	Outros serv. Terc. - PJ	01.01

### 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste pregão empresas que atendam a todas as exigências deste edital e que tenham compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas em seus respectivos contratos sociais. Participarão da sessão do Pregão Presencial os representantes credenciados junto à Pregoeira, devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame (**modelo do Anexo III**).

3.1.1. Nesta licitação será adotada a participação exclusiva das empresas qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte tendo em vista que o valor estimado é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48 da LC 123/06



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

3.2. Para efeitos de benefícios na participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

3.2.1. **MEI – Microempreendedor Individual** - o microempreendedor, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

3.2.2. **Microempresa** – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

3.2.3. **Empresa de Pequeno Porte** – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

3.2.4. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) Que não comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no credenciamento através do documento solicitado no item 5.6.1.1.

### 3.4 Não poderá participar da presente licitação a empresa:

3.4.1 Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.4.2 Em consórcio;

3.4.3 Com falência decretada;

3.4.4 Empresas coligadas ou que mantenham atividades comerciais comuns/compartilhadas;

3.4.5 Proponentes enquadrados no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

- 3.4.6 Proponentes enquadrados nas hipóteses da Súmula Vinculante nº 13 do STF;
- 3.4.7 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis;
- 3.4.8 Que estiver incurso nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;
- 3.4.9 Estejam impedidas de licitar e de contratar com qualquer ente federado (União, Estados, Municípios, Autarquias e Órgãos da Administração pública direta e entidades da administração Pública Indireta) com base no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
- 3.4.10 Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;
- 3.4.11 A vedação à participação de interessadas que estejam reunidas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que a presente aquisição é compatível com a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, cumprem as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de Contrato dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
- 3.5 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.
- 3.5.1 O CIACA, reserva-se no direito de não aceitar serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

## 4. CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Cópia deste instrumento convocatório encontra-se disponível no site oficial do CIACA no endereço <https://ciacamg.weebly.com/> e junto ao CICA, localizado na Rua José Edmar Amaral, nº 2010, Barrinha, Viçosa/MG, podendo ser solicitado pelo e-mail [casadeacolhimento2009@hotmail.com](mailto:casadeacolhimento2009@hotmail.com)
- 4.2. Os pedidos de esclarecimentos acerca do edital deverão ser encaminhados ao CIACA pelo e-mail [casadeacolhimento2009@hotmail.com](mailto:casadeacolhimento2009@hotmail.com).

## 5. CREDENCIAMENTO

- 5.1 Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, no horário estipulado no preâmbulo deste edital, munidos de:
- 5.1.1. **Instrumento de constituição da empresa registrado no órgão competente**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 5.1.2. **Carteira de identidade ou documento legal equivalente que comprove os dados do responsável pela empresa**;
- 5.1.3. **Documento que o credencie a participar deste certame (Anexo III)**. No caso de procuração por instrumento público ou particular, a mesma deverá conter firma reconhecida e atribuir poderes para apresentar proposta, formular lances, assinar documentos e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante;
- 5.1.4. **Declaração de Atendimento ao Instrumento Convocatório (Anexo V)**;
- 5.2 Caso o credenciado seja sócio ou dirigente da empresa é indispensável a comprovação de ser detentor de poderes que o habilite a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome do licitante.
- 5.3 O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Pregoeira implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão.
- 5.4 O não atendimento de qualquer das normas indicadas neste item 5 e respectivos subitens importará no não credenciamento da empresa e, conseqüentemente, na sua exclusão da fase de lances.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

5.5 O modelo do **ANEXO III** somente substituirá a Procuração caso o mesmo for apresentado **com firma reconhecida em cartório** e junto com documento que comprove os poderes do mandante da outorga, ou seja, ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.5.1. Será admitido apenas um representante para cada licitante, sendo vedado a este representar mais de uma credenciada.

5.5.2. No caso de sócio da empresa proponente não apresentar o Modelo sugerido no ANEXO III, deverá o mesmo apresentar declaração de acordo com os termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.

5.6. Microempresas - ME, microempreendedor ou Empresas De Pequeno Porte – EPP:

5.6.1. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte – EPP, **DEVERÃO** apresentar o documento indicado no item 5.6.1.1 ou o Anexo III-A, e, ainda, devendo ser observado que o documento deverá ser apresentado **NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, SOB PENA DE PRECLUSÃO** do exercício dos direitos e prerrogativas da Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/2014 e Decreto 8.538/2015.

5.6.1.1. **Certidão expedida pela Junta Comercial** da Unidade da Federação da sede da licitante, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

5.7. A ausência do credenciado sem autorização da pregoeira, em qualquer momento da sessão, importará na sua imediata exclusão da fase de lances verbais, mantendo-se sua proposta escrita e sua documentação. A aplicação da penalidade descrita, se justifica pela preservação da ordem e da lisura do processo. Caso o licitante tenha sua proposta classificada como melhor preço, sua documentação será analisada e, se caso atendido todos os requisitos, o mesmo será habilitado, podendo o licitante na fase de habilitação, inclusive praticar os atos inerentes da citada fase.

5.7.1. Não será permitido ao participante utilizar qualquer meio de comunicação eletrônico durante o certame, sem prévia autorização da Pregoeira.

### 6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a pregoeira receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços, a documentação exigida para habilitação das licitantes, e a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, registrando em ata a presença dos participantes.

6.2. Poderá o licitante apresentar envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por representante não credenciado, ficando o licitante obrigado a apresentá-los até a hora e data estabelecida no preâmbulo, e na forma do item 5 deste edital.

6.3. A participação na forma do item 6.2 impede a apresentação de lances por parte do licitante.

6.4. Declarada a abertura da sessão pela pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

6.5. Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: "Proposta de Preço" e "Documentos para Habilitação".

6.6. Os conjuntos de documentos relativos à proposta de preço e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos "Proposta de Preço" e "Documentos para Habilitação", na forma abaixo:



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CIACA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 – PROCESSO Nº 064/2023

ENVELOPE Nº 01 “PROPOSTA COMERCIAL”

RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CIACA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 – PROCESSO Nº 064/2023

ENVELOPE Nº 02 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO

6.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do CIACA, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

6.8. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo aqueles referentes à proposta de preço e à habilitação, além de seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

## 7. PROPOSTA COMERCIAL

7.1 A proposta comercial deverá ser apresentada conforme **Modelo do Anexo II e II-A**, dentro do envelope PROPOSTA DE PREÇOS, onde constará, também:

7.1.1 Descrição do objeto licitado com todas as especificações de acordo com o Anexo I

7.1.2 Indicação do valor proposto em conformidade com o Anexo I e Anexo II.

7.1.3 A Proposta Comercial deverá referir-se à integralidade dos serviços.

7.1.4 A licitante deverá apresentar a proposta de preço em 01(uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas de acordo com o modelo do Anexo II. A proposta deverá ser impressa, assinada e carimbada, com todos os dados solicitados neste capítulo entregue dentro do envelope de proposta e será retida e arquivada no processo.

7.1.5 A Proposta deverá conter **valor unitário (mensal) e valor total (soma de todos os valores)**, ou seja, a soma dos resultados da multiplicação das unidades pelos respectivos preços unitários, cotados em reais, com até 02 (duas) casas decimais, à vista, válidos para serem praticados desde a data de entrega dos envelopes, até o efetivo pagamento.

7.1.5.1 O licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias, contados do término da sessão do pregão, caso seja formalmente solicitado, para entregar a proposta final (impressa, assinada, carimbada) contendo os preços definitivos, sob pena de desclassificação e adoção das medidas para apuração de eventual responsabilidade e aplicação de penalidade prevista na Lei 8666/93.

7.2 Todas as condições previstas no Termo de Referência, Anexo I, deverão ser observadas.

7.3 A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão pública do Pregão.

7.4 Toda a especificação do objeto licitado será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

7.5 Caso a proposta não esteja assinada e estando presente o representante legal ou procurador da licitante, será permitida a assinatura na mesma, validando-a.





## 8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante que ofertar o **menor preço global** deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

### 8.2. Habilitação Jurídica

8.2.1 Para **Empresa Individual**: Registro Comercial; Certificado do MEI para Microempreendedor Individual

8.2.2 Para **Sociedade Comercial (Sociedade empresária em geral)**: Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor e alterações subsequentes ou Contrato consolidado, devidamente registrados;

8.2.3 Para **Sociedade Civil (Sociedade Simples)**: Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes ou Contrato consolidado, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.2.4 **Cópia dos documentos dos sócios** (Identidade e CPF ou CNH, ou documento oficial equivalente com foto)

### 8.3 Regularidade Fiscal

8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido em até 90 dias da data de abertura da licitação.

8.3.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa de Débito (**CND**) de contribuições previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil, observada a validade/aceitação das certidões expedidas pela Receita Federal em data anterior à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751, de 2 de outubro de 2014, bem como das certidões emitidas posteriormente, em conformidade com o referido normativo.

8.3.3 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, através de Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado em que estiver situada a **sede** do licitante.

8.3.4 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.

8.3.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

### 8.4 Regularidade Trabalhista

8.4.1. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** - (CNDT) Art. 03, da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

8.4.2. Declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme **ANEXO IV** deste Edital.

### 8.5 Habilitação econômico-financeira:

8.5.1 **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para entrega das propostas ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida eletronicamente, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça na Comarca responsável do Domicílio da Licitante.

### 8.6 Qualificação Técnica

8.6.1 Deverá ser apresentado, pelo menos 01 atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando a descrição do objeto executado pelo licitante e comprovando que o licitante executa ou executou objeto de natureza compatível com o objeto deste pregão:



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

Item	Descrição	Serviços aceitos
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial	Atestados que contenham serviços relacionados a consultoria, assessoria ou apoio técnico em licitações e contratos para órgãos públicos.
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial	Atestados que comprovem a prestação de serviços de apoio na implantação de Pregão Eletrônico ou Dispensa Eletrônica

8.6.2. A empresa ainda deverá indicar profissional devidamente qualificado, responsável técnico pela coordenação dos serviços executados, e ainda, deverá apresentar a comprovação de vínculo do profissional com a empresa mediante apresentação de documento de constituição da empresa comprovando que o profissional faz parte do corpo societário da empresa; ou cópia da respectiva folha de registro do livro de empregados da empresa comprovando que é empregado da empresa, com cópia da última GFIP contendo nome do profissional na relação de empregados da empresa ou contrato de prestação de serviço celebrado nos termos da legislação civil;

8.6.3. Deverá ser apresentado atestado de Capacidade Técnica, em nome do responsável técnico indicado no item acima, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando a descrição do objeto executado pelo licitante e comprovando que o licitante executa ou executou objeto de natureza compatível com o objeto deste pregão:

Item	Descrição	Serviços aceitos
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial	Atestados que contenham serviços relacionados a consultoria, ou assessoria ou apoio técnico em licitações e contratos para órgãos públicos, inclusive deverão demonstrar especialização na Nova Lei de Licitações (Diplomas, certificados ou documento equivalente, devidamente registrados em Escola Técnica de Governo ou MEC).
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial	Atestados que comprovem a prestação de serviços de apoio na implantação de Pregão Eletrônico ou Dispensa Eletrônica

**8.7** A empresa deverá apresentar registro da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Administração – CRA).

**8.8** A exigência dos referidos atestados, tanto para a empresa, quanto para o responsável técnico pela coordenação da execução dos serviços, tem como objetivo a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto deste pregão, e serve para comprovar que sua empresa e o responsável técnico pela coordenação da execução dos serviços, tem competência e perícia para cumprir o objeto do edital. Ainda comprova que o licitante possui experiência anterior na execução de atividade de mesmas características do objeto que está sendo disputado na licitação, e também serve para demonstrar que a empresa é mesmo do ramo pertinente ao objeto, conforme previsto no art. 30, II, § 4o da Lei 8.666/93.

**8.9** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou autenticados pela pregoeira no ato da sessão, mediante cotejo da cópia com o original.

**8.10** A Pregoeira poderá diligenciar por meio de consulta direta aos sites dos órgãos expedidores na Internet, a veracidade de documentos obtidos por mídia eletrônica.





# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

**8.11** O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto nas hipóteses legais em que comprovadamente os documentos de habilitação somente sejam expedidos em nome da Matriz.

**8.12** Os documentos exigidos neste instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível ou autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

**8.13** Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Pregoeira ou à Equipe de Apoio para autenticação durante a sessão do Pregão. (art. 32 Lei 8.666/93).

**8.14** Sob pena de desclassificação, os documentos mencionados neste Título, de acordo com o item 8.6, não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

**8.15** Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de sua apresentação.

**8.16** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

**8.17** Os documentos relacionados no item 8.2, "HABILITAÇÃO JURÍDICA" não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

## 9. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados e recebimento da Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e dos envelopes de Proposta de Preços e Documentação de Habilitação.

9.2. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes e recebimento da Declaração e das propostas, a pregoeira declarará encerrado o credenciamento e aberta a sessão do pregão.

9.3. Encerrado o credenciamento e declarada aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.

9.4. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, **sendo desclassificadas as propostas:**

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- c) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- d) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão.
- e) Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU – Plenário), ou que apresentem preço manifestamente inexequível.
- f) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

g) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

h) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993.

i) Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

j) Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

k) Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.5. Serão selecionadas, para a etapa de lances verbais, as propostas de menor preço global.

9.5.1. As propostas serão ordenadas em ordem crescente e a pregoeira classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de “menor preço global”, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento), deste valor para participarem de lances verbais.

9.6. Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, a pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.7. Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada que representa o maior preço.

9.8. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais posteriores, ficando mantido o último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados.

9.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço global e o valor estimado da contratação.

9.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes não mais realizarem lances verbais.

9.12.1. Havendo a participação de pequenas empresas, assim definidas de acordo com a Lei Complementar Federal 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.12.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço proposto, conforme §2º do art. 44 da LC 123/06.

9.13. **Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:**



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

9.13.1. A Microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

9.13.2. Não ocorrendo contratação da pequena empresa, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.13.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar federal nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.13.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo mencionado no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.13.5. O disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.14. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu valor seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.15. Sendo aceitável a oferta de menor preço global, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para verificação do atendimento das condições habilitatórias, com base na documentação apresentada.

9.16. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.

9.17. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias e dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

9.18. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes de **menor preço global**, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.

9.19. O licitante que deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos na fase de habilitação, ou que o fizer em desacordo com as normas deste Edital, será considerado automaticamente inabilitado, não sendo concedido, sob qualquer pleito, prazo para a complementação desses documentos, salvo o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006

9.20. Nas situações previstas nos incisos 9.9, 9.12 e 9.14 a pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido menor preço global.

9.21. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

9.22. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, a pregoeira devolverá, aos licitantes julgados desclassificados, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9.23. **Será desclassificada a proposta que:**

9.23.1. Não se refira à integralidade do objeto;



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

9.23.2. Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e inciso I e II do art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93;

9.23.3. Não atenda às exigências do instrumento convocatório ou aquelas estabelecidas em diligências.

### 10. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas à Pregoeira, devendo ser encaminhadas ao CIACA:

10.1.1. Por escrito, mediante protocolo na sede do CIACA, situada na Rua José Edmar Amaral, nº 2010, Barrinha, Viçosa/MG;

10.1.2. Em arquivo eletrônico, o qual conste identificação com assinatura escrita ou eletrônica, do subscritor, através do e-mail [casadeacolhimento2009@hotmail.com](mailto:casadeacolhimento2009@hotmail.com), hipótese em que o licitante deverá obter a mensagem eletrônica de resposta da Pregoeira atestando o recebimento do arquivo.

10.2. Em qualquer das hipóteses elencadas acima, o licitante será responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido ou enviado ou protocolado e, especialmente, por sua entrega e recebimento pela Pregoeira.

10.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.5. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas por escrito, com identificação de seu subscritor, através de uma das seguintes formas:

10.5.1. Por escrito, mediante protocolo na sede do CIACA, situada na Rua José Edmar Amaral, nº 2010, Barrinha, Viçosa/MG;

10.5.2. Em arquivo eletrônico, o qual conste identificação com assinatura escrita ou eletrônica, do subscritor, através do e-mail [casadeacolhimento2009@hotmail.com](mailto:casadeacolhimento2009@hotmail.com), hipótese em que o licitante deverá obter a mensagem eletrônica de resposta da Pregoeira atestando o recebimento do arquivo.

10.6. Em qualquer das hipóteses elencadas acima, o licitante será responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido ou enviado ou protocolado e, especialmente, por sua entrega e recebimento pela Pregoeira.

10.7. O CIACA não se responsabilizará por razões, contrarrazões e memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos de sua sede ou que não observem os itens 10.2 e/ou 10.3 e subitens, e que, por isso, não sejam apresentados na forma e prazo legais.

10.8. Não serão reconhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

10.9. Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio da pregoeira que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento.

10.10. A falta de apresentação de razões, mencionadas no subitem 10.3, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

10.11. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12. Serão estritamente respeitados os ritos e os trâmites recursais estabelecidos na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação correlata em vigor.



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

10.13. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial.

10.14. Os recursos e impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, **sob pena de não serem conhecidos**:

a) ser dirigido ao Presidente do CIACA, aos cuidados da pregoeira, no **prazo de 03 (três) dias**, conforme estabelecido no item 10.3 deste Título;

b) ser dirigido ao Presidente do CIACA, nos casos de anulação ou revogação, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº. 8.666/93;

c) ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**.

d) ser protocolizado no CIACA.

10.15. A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial.

## 11. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

11.1. Inexistindo manifestação recursal a pregoeira proclamará o licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.3. A solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência dos serviços objeto desta licitação serão realizados por servidor do CIACA, conforme disposto no Termo de Referência Anexo.

11.4. Na ocorrência de descumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência e no Contrato, o CIACA poderá aplicar as sanções ali previstas.

11.5. O CIACA não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizadas, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Edital.

## 12. DO CONTRATO

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato administrativo, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1. Na hipótese de contratação, poderá ser firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, conforme caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), nos termos do art. 62 e § 1º do art. 112 da Lei 8.666/93, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, o CIACA poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito e postado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.1.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:





# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

12.2.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

12.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos do CIACA previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

12.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, o CIACA, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As infrações e sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 14. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 e LC 147/2014

14.1. A licitante comprovadamente enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores terá o tratamento diferenciado e favorecido, expressamente previsto neste edital.

14.2. Para exercício do direito ao tratamento diferenciado, a licitante enquadrada como ME ou EPP deverá observar o procedimento descrito no item 5.1 e subitens sob pena de preclusão.

14.3. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte terá, nesta licitação, os seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos:

14.3.1. Preferência de contratação por critério de desempate diferenciado, na forma do item 9.6.3 e subitens;

14.3.2. Prazo diferenciado para apresentação dos documentos de regularidade fiscal.

14.3.2.1. No prazo diferenciado para apresentação dos documentos de regularidade fiscal, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar esses documentos com algum tipo de restrição terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de declaração do vencedor deste processo, para apresentá-los novamente já sem qualquer restrição.

14.3.2.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 43, §1º da LC123/06, com redação determinada pela LC147/2014.

14.3.2.3. Durante o decurso dos prazos referidos nos itens 14.3.2.1 e 14.3.2.2, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal com algum tipo de restrição será considerada **HABILITADA** e permanecerá no processo, observando o disposto nos itens 15.3.2.4 e 15.3.2.5.

14.3.2.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar no Envelope nº. 2 todos documentos de regularidade fiscal exigidos no edital, mesmo se houver algum tipo de restrição, sob pena de ser considerada **INABILITADA**.

14.3.2.5. Findo os prazos referidos nos itens 15.3.2.1 e 15.3.2.2, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que não apresentar os documentos de regularidade fiscal exigidos neste edital já sem qualquer restrição será considerada **INABILITADA** e perderá o direito de contratar com o CIACA o objeto desta licitação.

14.3.2.6. Na ocorrência do disposto no item anterior, o CIACA poderá:

14.3.2.6.1. Convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação observando as exigências deste Edital;

14.3.2.6.2. Revogar o presente processo licitatório.

## 16. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO





## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

16.1. O CIACA exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

16.1.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

16.1.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;

16.1.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

16.1.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

16.1.5. “prática obstrutiva” significa:

16.1.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

16.1.5.2. Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

16.1.6. O CIACA rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

16.1.7. A ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009 – “Guia de Análise de Denúncias sobre possíveis infrações concorrenciais em licitações”, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

### **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. A Empresa interessada deverá examinar cuidadosamente o presente Edital e seus anexos, bem como ter pleno conhecimento da legislação pertinente, pois alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus documentos de habilitação ou na proposta.

17.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança da contratação.

17.3. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação, assim como a lisura do procedimento.

17.4. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclusive o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal do CIACA, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.6. A autoridade titular do órgão promotor do certame somente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

17.7. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.8. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, será marcada nova data para a sessão do Pregão, com reabertura dos prazos previstos na legislação.

17.9. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados neste mesmo endereço.

17.10. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo (a) Pregoeira (a) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observadas à legislação.

17.11. O CIACA poderá, por despacho fundamentado pela pregoeira e até a entrega da Nota de Empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

17.12. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito da pregoeira, devidamente fundamentado.

17.13. A nulidade do processo licitatório induz à do Contrato, sem prejuízo ao disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.14. As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

17.15. A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.16. Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o CIACA comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

17.17. É facultada à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

17.18. As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Viçosa, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.19. Os casos omissos serão dirimidos pela pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/1993 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006.

### **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

- 18.2. **Anexo I** - Termo de Referência;
- 18.3. **Anexo II** - Modelo de Proposta Comercial;
- 18.4. **Anexo II-A** – Modelo de Elaboração independente da Proposta;
- 18.5. **Anexo III** - Modelo de Carta de Credenciamento e Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação;
- 18.6. **Anexo III – A** - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;
- 18.7. **Anexo IV** - Modelo de declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 18.8. **Anexo V** – Modelo de Declaração de Atendimento ao Instrumento Convocatório;
- 18.9. **Anexo VI** - Minuta do Contrato Administrativo.

Viçosa, 28 de dezembro de 2023.

**Nivaldo Rita**  
Presidente do CIACA



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023 EDITAL Nº 002/2023

#### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de apoio técnico administrativo para acompanhamento e assessoria em licitações e contratos, visando atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, conforme condições e especificações especificadas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento será o de **menor preço global**.

1.3 Nesta licitação será adotada a participação exclusiva das empresas qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte para os itens com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48 da LC 123/2006.

#### 2. JUSTIFICATIVAS

##### 2.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. Tal contratação se faz necessária para auxiliar os setores administrativos da Consórcio Intermunicipal de Assistência a Criança e do Adolescente, na identificação, apoio técnico na tomada de decisão e saneamento das falhas ou inconformidades que envolvam o procedimento administrativos e de compras, consubstanciados nas Leis Federais 8.666/92, Lei nº 10.520/02, Decretos Federais, Lei nº 11.107/205, orientações, jurisprudências e boas práticas relacionadas ao objeto, ou normativos que por ventura venham a surgir.

2.1.2. Esta narrativa se traduz na necessidade dos setores de orientação técnica nas suas aquisições, principalmente quanto aos procedimentos licitatórios e contratações diretas, com a emissão de pareceres técnicos e modelos de atos processuais, quando solicitados, de modo a atender as recomendações da legislação, dos órgãos de controle e princípios da administração pública;

2.1.3. Não obstante tal argumentação, a presente contratação visa a regulação dos procedimentos licitatórios internos às novas legislações, principalmente quanto ao Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica, ferramentas indispensáveis para fomentar a transparência e controle social das aquisições;

2.1.4. Assim, se conclui que a execução do objeto pretendido possui um papel de extrema relevância para a Consórcio Intermunicipal de Assistência a Criança e do Adolescente, e a sociedade em geral, uma vez que certifica de forma independente a exatidão dos processos de compras com vistas a correta gestão do Consórcio.

2.1.5. Neste sentido, podemos definir o presente objeto como sendo o conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal. Trata-se de um importante técnico de controle da administração pública na busca da melhor alocação de seus recursos, não só atuando para corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão e, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, advindos.

2.1.6. Notadamente, a contratação em epígrafe visa evitar erros na contratação de empresas para aquisição de bens e serviços e por conseguinte a responsabilidade dos gestores e/ou ordenadores de despesas, o que exige pessoa qualificada que tenha competência para orientar e analisar a situação existente.

2.1.7. Nesse sentido, para que o Consórcio possa receber o melhor suporte técnico, a fim de implementar e atender as mais adequadas e eficientes práticas administrativas, inclusive em fiel observância ao princípio da



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

legalidade e do interesse público, se pauta a necessidade de contratação de apoio técnico especializada em matéria atinente à gestão pública.

## 2.2. JUSTIFICATIVA PARA REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A opção pela adoção da licitação pelo Sistema de Registro de Preços é justificada pela natureza do objeto, que revela a necessidade de contratações frequentes e a remuneração por unidade de medida. Mesmo com a estimativa das horas necessárias para os serviços, é inviável mensurar com exatidão a quantidade demandada ao longo do contrato, tornando o registro de preços uma abordagem viável. Vale destacar que, com o registro de preços, a necessidade de licitações frequentes ao longo do exercício financeiro é reduzida, dispensando a realização a cada demanda específica. Isso resulta em uma diminuição de custos operacionais e publicitários, além de proporcionar agilidade e otimização nas contratações públicas, uma vez que a licitação já está realizada, as condições de execução ajustadas e os preços e fornecedores definidos.

2.2. Os quantitativos foram estimados de acordo com o consumo e demanda verificados nos últimos 12 (doze) meses.

## 2.3. Fundamento legal e classificação dos serviços

2.3.1. Normas e procedimentos contidos na Lei 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e demais normas contidas no Edital.

2.3.2. O item que compõem o objeto deste Termo de referência possui natureza comum por terem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência, e por conter especificações usuais de mercado, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

## 2.4. Dotações Orçamentárias

2.4.1. Os recursos orçamentários para a contratação do objeto, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião da contratação, para o exercício, de acordo com o orçamento do CIACA, sob a rubrica própria e ficha correspondente à época da contratação, sendo os recursos advindos dos entes consorciados.

## 3. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. O Licitante deverá apresentar a descrição detalhada do objeto ofertado em sua proposta de preço sob pena de desclassificação, e obedecer em suas especificações as normas estabelecidas em Lei, observando as descrições abaixo:

Constitui objeto deste certame o Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de apoio técnico administrativo na Consórcio Intermunicipal de Assistência à Criança e do Adolescente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

Nº ITEM	Especificação do Objeto	Unid.	Qtd.	Unitário	Total
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial e a Distância.	hora	300	R\$ 96,67	R\$ 29.000,00
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial e a distância.	hora	80	R\$ 96,67	R\$ 7.733,60
<b>VALOR TOTAL (trinta e seis mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)</b>					<b>R\$ 36.733,33</b>

### 3.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

#### 3.2.1. Item 01 - Apoio técnico administrativo em licitações e contratos:

- Reunião inicial com os servidores para verificação dos regulamentos internos referente à licitação, identificar as demais necessidades de compras e aquisição, bem como o planejamento dos processos de aquisição;
- Apoiar e participar junto com os servidores responsáveis na elaboração de estudos, projetos básicos, termos de referências, requisições e outros documentos necessários nas diversas modalidades de licitação, bem como verificar o enquadramento legal da modalidade correta para aquisição;
- Apoio técnico aos servidores na fase de levantamento de preços para calcular o valor estimado dos processos de compras públicas, bem como criar procedimentos operacionais padrão para as respectivas pesquisas, com intuito de tornar mais eficiente o processo de definição dos preços estimados para contratação;
- Verificação do atendimento da legislação correlata no que se referem às compras, contratações de serviços, análise dos processos licitatórios, modalidade utilizada, dispensas, inexigibilidades;
- Disponibilização de modelos de documentos específicos, quando solicitados ou verificada necessidade, para os atos processuais relacionados ao objeto deste termo, tais como check-list, documento de formalização de demanda, despachos, estudos técnicos preliminares (ETP), termo de referência, projeto básico, dentre outros;
- Análise e consultoria referente a sistemática aplicada as diversas modalidades licitatórias, com criação e implantação de procedimentos operacionais padronizados.
- Apoio técnico à Comissão de Licitação ou Pregoeiro, no julgamento das propostas e documentos apresentados pelas empresas licitantes, quando solicitado;
- Análise e acompanhamento de processos licitatórios em andamento e arquivados, em todas as modalidades, inclusive dispensa de licitação e inexigibilidade, para conferência da legalidade e transparência dos atos;
- Acompanhamento e participação das aberturas de licitações, sejam em sessões eletrônicas ou presencias, referentes aos procedimentos licitatórios, quando solicitado;
- Análise técnica e apoio em manifestações e respostas a pedido de impugnação, recursos e demais atos ocorridos durante a realização dos procedimentos licitatórios em suas fases respectivas;
- Demais procedimentos de ordem técnica e relacionados com licitações e contratos administrativos;

#### 3.2.2. Item 02 - Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet):

- Reunião inicial com os responsáveis pela implantação para definição do cronograma de execução dos serviços, bem como os regulamentos e normas a serem expedidas;
- Apoio técnico na elaboração de minutas de regulamentos do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica;
- Apoio na elaboração de minutas de documentos para pregão e dispensa na modalidade eletrônica, tais como editais, termos de referência, minuta de contrato, minuta de ata de registro de preços, etc;





## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

- Apoio nos procedimentos de cadastros de servidores no Sistema de Compras do Governo Federal;
- Treinamento dos servidores responsáveis pela operação do Sistema de Compras do Governo Federal, do cadastro de licitações e dispensas eletrônicas no referido sistema;
- Treinamento com acompanhamento dos servidores responsáveis pela operação do Sistema de Compras do Governo Federal, da abertura das licitações e dispensas eletrônicas, nas seguintes fases:
  1. Pregão Eletrônico: Fase de lances, julgamento de propostas, julgamento de habilitação, julgamento de recursos, adjudicação, homologação e demais procedimentos necessários para processamento da licitação;
  2. Dispensa Eletrônica: acompanhamento da fase de apresentação e julgamento das propostas, habilitação, adjudicação, homologação e demais procedimentos necessários para processamento da dispensa eletrônica de licitação;
- Acompanhamento das licitações em tempo real, pelo período necessário e conforme solicitado pelo contratado, apoiando o Pregoeiro e equipe de apoio, e ainda, o Presidente e membros da comissão de licitação;

### 4. LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços, quando necessário, poderão ser executados de forma presencial na sede administrativa da Consórcio Intermunicipal de Assistência à Criança e do Adolescente na **Rua José Edmar Amaral, 2010 – Bairro Barrinha Viçosa/MG Tel.: (31)3891-9622, e-mail: [casadeacolhimento2009@hotmail.com](mailto:casadeacolhimento2009@hotmail.com)**.

4.2. Poderá ser executada a prestação de Serviços à distância: Disponibilização de canais de comunicação da administração com o prestador, tais como e-mails, telefone, aplicativos de mensagens, fóruns de discussão, videoconferências, de segunda a sexta, das 08:00 às 16:00 horas, exceto feriados e datas comemorativas de acordo com a demanda da fundação.

4.3. Não serão remunerados os serviços não executados, ou executados em desacordo com este termo de referência.

4.3.1. A Contratante concorda em garantir à Contratada uma quantidade mínima de 16 (dezesesseis) horas mensais para a prestação dos serviços de apoio administrativo.

4.3.2. A quantidade mínima de horas estabelecida nesta cláusula representa um compromisso mínimo por parte do Contratante, não limitando, no entanto, a possibilidade de solicitar horas adicionais, desde que acordadas pelas partes.

4.3.3. A Contratada compromete-se a disponibilizar sua equipe para execução dos serviços de apoio administrativo durante o período acordado, respeitando a quantidade mínima de horas estabelecida.

4.3.4. O faturamento mensal será baseado na quantidade efetivamente prestada de horas, considerando-se as horas adicionais, se houver, devidamente acordadas e registradas entre as partes.

4.3.5. As partes concordam que a quantidade mínima de horas estabelecida nesta cláusula poderá ser revisada mediante acordo escrito entre as partes, caso haja necessidade de ajuste devido a mudanças nas demandas ou condições operacionais.

4.3.6. Para efeito de remuneração e contabilização das horas e minutos trabalhados, será considerada o horário que o responsável pela execução dos serviços iniciar e finalizar os trabalhos, de forma presencial ou virtual junto a Contratante ou local designado pela contratante.

### 5. PRAZOS PARA EXECUÇÃO

5.1. O prazo para início da prestação dos serviços será de no máximo 05 dias após emissão de ordem de serviço, não sendo admitidos atrasos injustificados por parte do contratado;

5.2. Os serviços deverão ser executados da seguinte forma:



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

Item	Descrição	Prazo de Execução	Atendimento mínimo semanal
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial ou virtual	Durante a vigência do contrato	Atendimento mínimo semanal: 04 horas
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial ou Virtual	Durante a vigência do Contrato	Atendimento de acordo com a demanda

### 6. ESPECIFICAÇÕES QUANTO À EMISSÃO E RECEPÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO:

6.1. A ordem de serviço é emitida de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a enviar a ordem de serviço por fax ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR);

### 7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em no máximo 30 dias, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal emitida em razão da execução e mediante a certificação do recebimento e qualidade do objeto pelo responsável pela fiscalização do contrato;

### 8. Considera-se como data do recebimento da Ordem de Serviços - OS:

- O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de OS enviadas por e-mail;
- O dia do recebimento, no caso de OS entregue pessoalmente;
- O dia do recebimento da correspondência, no caso de OS enviadas por meio postal.

#### 8.1.1. Especificações quanto à emissão e recepção da Ordem de Serviços:

a) A Ordem de Serviços, a ser emitida pelo CIACA, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo o consórcio enviar a Ordem de Serviços pessoalmente ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR);

b) O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento das demandas, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de serviço;

8.2. A execução do objeto deste processo será de acordo com o presente termo de referência, sendo que os serviços solicitados deverão ser prestados conforme regramentos legais que tratam da matéria. Caso seja verificada alguma falha na prestação dos serviços, será feita comunicação formal à contratada, para que proceda com a correção imediata, a partir da comunicação feita pelo setor responsável.

8.3. Os serviços a serem prestados deverão ser de ótima qualidade e obedecer às normas e especificações constantes no processo, bem como a descrição e quantidades.

8.4. Todos os custos com deslocamento, alimentação, hospedagem, impostos e outras despesas decorrentes da execução dos serviços correrão por conta do contratado.

8.5. O fiscal do contrato poderá requerer a correção imediata de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução do objeto, sem prejuízo para o disposto nos Artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

8.6. Será de inteira responsabilidade da contratada, a segurança física e material de todo o seu pessoal durante o período em que estiver em cumprimento de suas atividades.

8.7. O CIACA não se obriga a receber serviços que não estejam de acordo com as especificações e exigências discriminadas neste termo; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos serviços ora descritos, a licitante terá 48 (quarenta e oito) horas para que refazê-los às suas expensas, não podendo, em nenhuma hipótese, causar prejuízos às atividades do consórcio;

8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.1.6. O consórcio não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7. manter atualizados durante a execução dos contratos os dados de contato, tais como telefone, e-mail, endereço, etc.

### 11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

11.1. As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

### 11.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.2.1. Deverá ser apresentado, pelo menos 01 atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando a descrição do objeto executado pelo licitante e comprovando que o licitante executa ou executou objeto de natureza compatível com o objeto deste pregão:

Item	Descrição	Serviços aceitos
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial	Atestados que contenham serviços relacionados a consultoria, assessoria ou apoio técnico em licitações e contratos para órgãos públicos.
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial	Atestados que comprovem a prestação de serviços de apoio na implantação de Pregão Eletrônico ou Dispensa Eletrônica

11.2.2. A empresa ainda deverá indicar profissional devidamente qualificado, responsável técnico pela coordenação dos serviços executados, e ainda, deverá apresentar a comprovação de vínculo do profissional com a empresa mediante apresentação de documento de constituição da empresa comprovando que o profissional faz parte do corpo societário da empresa; ou cópia da respectiva folha de registro do livro de empregados da empresa comprovando que é empregado da empresa, com cópia da última GFIP contendo nome do profissional na relação de empregados da empresa ou contrato de prestação de serviço celebrado nos termos da legislação civil;

11.2.3. Deverá ser apresentado atestado de Capacidade Técnica, em nome do responsável técnico indicado no item acima, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando a descrição do objeto executado pelo licitante e comprovando que o licitante executa ou executou objeto de natureza compatível com o objeto deste pregão:

Item	Descrição	Serviços aceitos
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial	Atestados que contenham serviços relacionados a consultoria, ou assessoria ou apoio técnico em licitações e contratos para órgãos públicos, inclusive deverão demonstrar especialização na Nova Lei de Licitações (Diplomas, certificados ou documento equivalente, devidamente registrados em Escola Técnica de Governo ou MEC).
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial	Atestados que comprovem a prestação de serviços de apoio na implantação de Pregão Eletrônico ou Dispensa Eletrônica

11.4. A empresa deverá apresentar registro da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Administração – CRA).

11.5. A exigência dos referidos atestados, tanto para a empresa, quanto para o responsável técnico pela coordenação da execução dos serviços, tem como objetivo a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto deste pregão, e serve para comprovar que sua



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

empresa e o responsável técnico pela coordenação da execução dos serviços, tem competência e perícia para cumprir o objeto do edital. Ainda comprova que o licitante possui experiência anterior na execução de atividade de mesmas características do objeto que está sendo disputado na licitação, e também serve para demonstrar que a empresa é mesmo do ramo pertinente ao objeto, conforme previsto no art. 30, II, § 4º da Lei 8.666/93.

**11.6.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou autenticados pela pregoeira no ato da sessão, mediante cotejo da cópia com o original.

**11.7.** A Pregoeira poderá diligenciar por meio de consulta direta aos sites dos órgãos expedidores na Internet, a veracidade de documentos obtidos por mídia eletrônica.

**11.8.** O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) e/ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretenda contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto nas hipóteses legais em que comprovadamente os documentos de habilitação somente sejam expedidos em nome da Matriz.

**11.9.** Os envelopes contendo os documentos de habilitação somente serão abertos após o encerramento da fase de lances de todos os itens da planilha.

### 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do consórcio à continuidade do contrato.

### 13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1. A gestão/fiscalização do contrato será realizada por responsável designado.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do consórcio ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante do consórcio anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

15.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

### 15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.





## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 16. DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Durante a vigência do Contrato os preços serão fixos e irreeajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

16.1.1. **Para o reajustamento será necessário a apresentação dos seguintes comprovantes:**

a) Notas Fiscais de compras por parte da Contratada referente ao seu distribuidor, tanto da Nota Fiscal da época do início do contrato decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal atual por ocasião do suposto aumento;

b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;

c) Planilha de custos compreendendo os custos inerentes à prestação do serviço (impostos, transporte, funcionários, etc.).

16.2. Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro quanto ao item licitado.

16.3. A licitante contratada se obrigará a manter, enquanto tramita o pedido de revisão de preços, o cumprimento do contrato, sob pena de ser declarado inadimplente, aplicando-se as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

16.4. Vale ressaltar que, as propostas apresentadas no momento da licitação têm validade mínima de 60 (sessenta) dias, não podendo sofrer reequilíbrio de preço durante esse período.

### 17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.5. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo;

17.1.7. cometer fraude fiscal;

17.1.8. apresentar documentação falsa;

17.1.9. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.10. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.11. não mantiver a proposta;

17.2. **Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o consórcio pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

17.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:

a) Pelo responsável pelo setor de licitações do consórcio quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

b) Pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato;

17.2.3. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

17.2.4. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.7. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

**17.2.9. Suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro de Fornecedores do consórcio, de acordo com os prazos a seguir:**

a) mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenada ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;

b) mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;

c) mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou do serviço;

d) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

e) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

f) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

17.2.9.1. A suspensão poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

17.2.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o consórcio pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.2.10.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade do consórcio.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

17.2.10.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

17.2.11. As pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores do consórcio, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

15.2.11.2 As sanções previstas nos itens acima poderão também ser aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou atos de corrupção empresarial, na forma da Lei.

17.2.12. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

17.2.13. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

17.2.14. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

17.3. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

17.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.4.1. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei 8.666/93.

**17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:**

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o consórcio em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o consórcio poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao consórcio resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. O consórcio registra que em razão da natureza do objeto ser de extrema necessidade, o não cumprimento do fornecimento do objeto dentro do prazo estipulado neste termo de referência, acarretará todas as sanções e punições legais.

17.14. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.

17.15. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

17.16. As penalidades aplicadas deverão ser registradas pelo setor de licitação da entidade ou órgão sancionador.

17.17. A sanção de advertência pode ser aplicada à Contratada juntamente com a multa.

17.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao consórcio, observado o princípio da proporcionalidade.

17.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo consórcio, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas neste termo de referência.

### **18. DA ESTIMATIVA E PREÇOS REFERENCIAIS**

18.1. Os valores estimados para contratação do objeto deste certame constam nos autos do processo licitatório em referência, mais especificamente na requisição e nas pesquisas de preços realizadas, sendo o valor de referência apurado com base na média dos preços praticados por outros entes da Administração Pública, bem como em cotação direta junto aos fornecedores que atuam no ramo do objeto licitado. Ademais, após a apuração do preço médio, foi verificada a adequação dos valores obtidos, para maior segurança e economicidade na contratação.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, contém todos os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Viçosa, 28 de dezembro de 2023.

**Samara Ribeiro**  
**Secretária Executiva**



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

### ANEXO II - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023**  
**EDITAL Nº 002/2023**

A empresa/proponente ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., inscrição estadual nº....., estabelecida à Av./Rua ..... Nº ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado ....., telefone....., e-mail ....., vem pela presente, apresentar sua proposta para

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de apoio técnico administrativo para acompanhamento e assessoria em licitações e contratos, visando atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, conforme condições e especificações especificadas no Edital, Termo de Referência e seus anexos e de acordo com o abaixo descrito:

Nº ITEM	Especificação do Objeto	Unid.	Qtd.	Unitário	Total
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial e a Distância.	hora	300		
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) - Atendimento Presencial e a distância.	hora	80		
<b>VALOR TOTAL</b>					

O valor total geral ofertado por extenso é de R\$ (\_\_\_\_\_)

**Declaramos, expressamente, que:**

- I. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação e temos pleno conhecimento do local e das condições e exigências de execução dos trabalhos.
- II. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- III. Na execução do objeto licitado, observaremos, rigorosamente, as especificações das normas legais e regulamentares brasileiras, bem como as recomendações e instruções do consórcio, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela prestação dos serviços em conformidade com as especificações e os padrões necessários ou determinados pelo CIACA.
- IV. Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, deslocamentos, hospedagem e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

**Dados do responsável pela assinatura do contrato:**

Nome:

Qualificação (cargo ou função):

RG/UF: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Data da Proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço:

E-mail:

Telefone e WhatsApp:

Dados Bancários da Empresa: Banco \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_ Conta \_\_\_\_\_





## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

**Validade da Proposta: (mínimo 60 dias)**

**Condições de Entrega:** Conforme Edital

**Apresentar este anexo dentro do Envelope de Proposta juntamente com o Anexo II-A.**



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO II-A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023 EDITAL Nº 002/2023

(Identificação completa do representante da Licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, para fins de atendimento ao disposto no **Edital de Licitação do processo em epígrafe**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei n.º 2.848/1940, que:

- a) a proposta apresentada para participar do processo referido, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Processo, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar no presente processo não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação, em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do processo descrito neste documento, quanto a participar ou não da referida Licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação, em referência, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do processo em epígrafe, antes da adjudicação do objeto da mencionada Licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do citado processo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município, antes da abertura oficial das propostas;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- g) Na oportunidade declaramos cumprir plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei

Local/data.

(Assinatura do Representante Legal)

**(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)**

**DOCUMENTO A SER APRESENTADO NO ENVELOPE PROPOSTA**



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023  
EDITAL Nº 002/2023

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, como representante da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, para participar da licitação instaurada pelo Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe **plenos poderes** para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta comercial, efetuar lances, assinar documentos, manifestar-se em nome da empresa, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Na oportunidade **declaramos cumprir plenamente os requisitos de habilitação** definidos no Edital, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.

Local/data.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Carimbo CNPJ:

***Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário. O licitante apresentará no ato do credenciamento o modelo acima fora dos Envelopes. (Vide Cláusula 5 do Edital)***

**Documento a ser apresentado fora dos envelopes, no ato do Credenciamento**



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO III – A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023 EDITAL Nº 002/2023

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_, nacionalidade, profissão, estado civil, inscrito no CPF \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como representante da empresa ora qualificada de acordo com o, art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

*(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)*

Local/data.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome legível: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Carimbo CNPJ:

**Documento a ser apresentado fora dos envelopes, no ato do Credenciamento – Dispensado no caso de apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial**



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023  
EDITAL Nº 002/2023

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local/data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, qualificação e carimbo do representante legal (**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Documento a ser colocado dentro do envelope de HABILITAÇÃO



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023 EDITAL Nº 002/2023

À Pregoeira do CIACA:

**(Identificação completa do representante da Licitante)**, como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, para fins de atendimento ao disposto no **Edital de Licitação do processo em epígrafe**, declaro para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, instaurado pelo Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, que:

1 - Não estamos cumprindo em qualquer esfera da administração pública, sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

2 - Não somos empresa concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, bem como não estamos reunidas em consórcio ou coligação, ou que cujos sócios ou diretores pertençam simultaneamente a mais de uma empresa licitante, e ainda, que não existe vínculo diretamente entre os sócios.

3 - Não somos Empresa de sociedade e empresários que não esteja adaptada às disposições do Código Civil de 2002, a teor do artigo 2031.

4 - Não somos autores do projeto, básico ou executivo ou Termo de Referência do objeto da presente licitação.

5 - Não somos empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou executivo do objeto da presente licitação, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6 - Não sou servidor efetivo, comissionado, empregado público e ainda, os seus sócios ou titulares não se enquadram nas hipóteses previstas na Sumula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

7 - Para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

8 - Declaramos cumprir plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei

Por ser a expressão da verdade, assino o presente para que produzam todos os efeitos legais.

Local/data.

---

(Assinatura do proponente ou representante legal)

Documento a ser apresentado no Credenciamento

Página 1 de 1





# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

## ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO DE ADMINISTRATIVO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023 EDITAL Nº 002/2023

*Termo de Contrato Administrativo nº ...../....., que fazem entre si o CIACA e a empresa*

O Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.201.252/0001-03, sediado na Rua José Edmar Amaral, 2010 – Bairro Barrinha Viçosa/MG, CEP 36.574-420, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Nivaldo Rita, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente termo de Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de apoio técnico administrativo para acompanhamento e assessoria em licitações e contratos, visando atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA, conforme condições e especificações especificadas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Nº ITEM	Especificação do Objeto	Unid.	Qtd.	Unitário	Total
01	Apoio técnico administrativo em licitações e contratos administrativos - Atendimento Presencial e a Distância.	hora	624		
02	Apoio técnico administrativo na implantação do Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) – Atendimento Presencial e a distância.	hora	120		
VALOR TOTAL					

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).



# Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CIACA, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Dotação	Natureza da Despesa	Ficha	Descrição	Órgão/Unidade Administrativa
008.122.0001.2001	3.3.90.39	10	Outros serv. Terc. - PJ	01.01

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, que integra este contrato, independentemente de transcrição.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de execução e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, que integra este contrato, independentemente de transcrição.

## 9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito do consórcio, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.



## Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Viçosa, estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-